



Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso

Secretaria-Geral do Tribunal Pleno

TC
Fls. _____
Rub. _____

RESOLUÇÃO Nº 03/2007

Atualiza a Instrução Normativa nº 02/2006, divulga a classificação das irregularidades para apreciação das contas anuais da Administração Pública Estadual e Municipal, a partir da competência 2006, e adota outras providências.

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO,
no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 70 a 75 da Constituição Federal e artigo 47 da Constituição Estadual, e

Considerando a competência atribuída constitucionalmente às Cortes de Contas para emissão de parecer prévio sobre as contas prestadas anualmente pelos Chefes do Poder Executivo Estadual e Municipal;

Considerando a competência atribuída constitucionalmente às Cortes de Contas para julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Estadual e Municipal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário;

Considerando a meta estabelecida no Planejamento Estratégico desta Corte de Contas de “Exigir dos jurisdicionados reduzir a 0% os índices de irregularidades na gestão de recursos públicos, até dezembro de 2011”;

Considerando a meta estabelecida no Planejamento Estratégico da Gestão 2006-2008 - Construindo a Excelência, de “Exigir dos jurisdicionados reduzir em 60% os índices de irregularidades na gestão de recursos públicos, até janeiro de 2008”;

Considerando a estratégia estabelecida na Gestão 2006-2008 - Construindo a Excelência, de “Ampliar a transparência do TCE-MT”;

Considerando as proposições apresentadas pela Consultoria Técnica, após discussão e validação, no âmbito do Comitê Técnico, das sugestões para atualização da Instrução Normativa nº 02/2006 apresentadas pelos Secretários de Controle Externo.



Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso

Secretaria-Geral do Tribunal Pleno

TC
Fls. _____
Rub. _____

RESOLVE:

Art. 1º Atualizar e divulgar, no Anexo Único desta Resolução, a classificação das irregularidades para apreciação das contas anuais da Administração Pública Estadual e Municipal a partir da competência 2006.

§ 1º As irregularidades classificadas, no Anexo Único, não impedem a inclusão de outras falhas e/ou ilegalidades não cogitadas nesta Resolução na apreciação das contas anuais.

§ 2º Na apreciação das contas, o Tribunal Pleno levará em consideração, além da classificação indicada nos termos deste artigo, também os princípios da legitimidade, economicidade, razoabilidade, moralidade e eficiência dos atos de gestão.

Art. 2º Determinar às equipes técnicas das Secretarias de Controle Externo das Relatorias que, quando constatadas irregularidades descritas no Anexo Único, estas sejam apontadas, na conclusão do relatório de auditoria, devidamente identificadas com os códigos correspondentes e com a especificação dos detalhes relativos ao caso concreto.

Parágrafo único. As irregularidades não descritas no Anexo Único, quando constatadas pelas equipes técnicas, deverão ser indicadas no relatório de auditoria e, quando relevantes, comunicadas à Consultoria Técnica, para fins de atualização anual da classificação.

Art. 3º Determinar à unidade de planejamento junto à Presidência desta Corte a consolidação dos resultados constatados na apreciação das contas anuais, que deverá ter por base as decisões do Tribunal Pleno.

Parágrafo único. Para dar cumprimento ao disposto no “caput”, as irregularidades deverão ser descritas nas decisões do Tribunal Pleno de acordo com os critérios estabelecidos no artigo 2º.

Art. 4º Aprovar a Cartilha “Classificação de Irregularidades - Critérios para as Decisões sobre as Contas Anuais”.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Publique - se.



Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso

Secretaria-Geral do Tribunal Pleno

TC
Fls. _____
Rub. _____

de 2007.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas, em Cuiabá, 6 de março

Conselheiro JOSÉ CARLOS NOVELLI - Presidente

Conselheiro ARY LEITE DE CAMPOS - Corregedor-Geral

Conselheiro UBIRATAN SPINELLI

Conselheiro ANTONIO JOAQUIM

Conselheiro VALTER ALBANO - Vice-Presidente

Conselheiro JÚLIO CAMPOS

Conselheiro ALENCAR SOARES

Fui presente

Procurador de Justiça dr. JOSÉ EDUARDO FARIA



Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso

Secretaria-Geral do Tribunal Pleno

TC
Fls. _____
Rub. _____

ANEXO ÚNICO CLASSIFICAÇÃO DE IRREGULARIDADES

GRAVÍSSIMAS

CÓDIGO	DESCRIÇÃO
A	Administração Pública em Geral
B	Poder Executivo
C	Poder Legislativo
D	Regime Próprio de Previdência Social

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM GERAL

A 01	Desvio de bens e recursos públicos (artigo 37, caput, da Constituição Federal).
A 02	Não-apropriação da contribuição previdenciária do empregador e/ou o não-recolhimento das cotas de contribuição patronal à instituição de previdência (artigo 40 da Constituição Federal).
A 03	Não-efetivação do desconto de contribuição previdenciária dos empregados (artigo 40 da Constituição Federal).
A 04	Não-recolhimento das cotas de contribuição previdenciária descontadas dos servidores à instituição devida (artigo 40 da Constituição Federal).
A 05	Inexistência de escrituração contábil do exercício em exame (artigos 83 a 100 da Lei nº 4.320/1964).
A 06	A contratação de obrigações nos dois últimos quadrimestres do mandato sem disponibilidade financeira (<i>caput</i> e parágrafo único do artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal).
A 07	Déficit de execução orçamentária sem a adoção das providências efetivas (artigos 169 da Constituição Federal e 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal).
A 08	Realização de empréstimos ou qualquer outro tipo de operação financeira junto ao Fundo ou órgão previdenciário (Lei de Responsabilidade Fiscal e Resolução do Senado Federal nº 43/2001).



Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso

Secretaria-Geral do Tribunal Pleno

TC
Fls. _____
Rub. _____

PODER EXECUTIVO

- B 01** Não-aplicação do percentual mínimo de 25% da receita de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino (artigo 212 da Constituição Federal).
- B 02** Não-aplicação do percentual mínimo de 60% dos 25% da receita de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental. (artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - Constituição Federal).
- B 03** Não-aplicação do percentual mínimo de 12%, no Estado, e 15%, nos Municípios, do produto da arrecadação de impostos a que se refere o artigo 156 e dos recursos de que tratam o § 3º do artigo 158 e a alínea “b” do inciso I do artigo 159 da Constituição Federal, em ações e serviços públicos de saúde.
- B 04** Não-destinação de no mínimo 60% dos recursos do Fundef (ou Fundeb, a partir do exercício de 2007) para a remuneração dos profissionais do magistério (§ 5º, artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - Constituição Federal).
- B 05** Repasses ao Poder Legislativo em desacordo com os incisos I a III do artigo 29-A da Constituição Federal.

PODER LEGISLATIVO

- C 01** Gastos do Poder Legislativo em valor superior ao estabelecido pelo artigo 29-A da Constituição Federal.
- C 02** Gastos do Poder Legislativo com folha de pagamento em valor superior ao estabelecido no § 1º do artigo 29-A da Constituição Federal.

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS)

- D 01** Utilização de recursos previdenciários em despesas distintas do pagamento de benefícios e despesas administrativas (inciso XI do artigo 167 da Constituição Federal).
- D 02** Utilização de recursos previdenciários (na hipótese de vinculação de servidores ativos ao RGPS, antes amparados pelo RPPS), para gastos que não sejam:
 - a) pagamento de benefícios;
 - b) quitação de débitos com o INSS;
 - c) pagamentos relativos à compensação previdenciária; e
 - d) constituição de fundo (inciso XI do artigo 167, combinado com o § 12 do artigo 40 da Constituição Federal e artigos 4º e 35 da MPS nº 03/2004).



Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso

Secretaria-Geral do Tribunal Pleno

TC
Fls. _____
Rub. _____

- D 03** Ausência de depósito das disponibilidades de caixa previdenciárias em conta separada das demais disponibilidades do ente patronal (parágrafo único do artigo 1º e inciso II do artigo 6º da Lei nº 9.717/1998 e § 1º do artigo 43 da Lei de Responsabilidade Fiscal);
- D 04** Concessão de empréstimos ou qualquer outro tipo de operação financeira com recursos do Fundo ou órgão previdenciário (inciso XI do artigo 167 da Constituição Federal, Lei de Responsabilidade Fiscal e Resolução nº 78/1998 do Senado Federal).

GRAVES

CÓDIGO	DESCRIÇÃO
E	Administração Pública em Geral
F	Poder Executivo
G	Poder Legislativo
H	Regime Próprio de Previdência Social

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM GERAL

- E 01** Contratação de pessoal por tempo determinado à atender à necessidade temporária de excepcional interesse público com embasamento em lei genérica, com ausência de lei autorizativa ou em desacordo com o previsto no inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal.
- E 02** Contratação de pessoal por tempo determinado sem atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, burlando a exigência de realização de concurso público (inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal).
- E 03** Contratação de pessoal por tempo determinado sem a realização de processo seletivo simplificado.
- E 04** Admissão de servidores em cargos comissionados para exercer atribuições não relacionadas à direção, chefia e assessoramento (incisos V do artigo 37 da Constituição Federal).
- E 05** Inexistência de Quadro de Pessoal e Plano de Carreira e/ou criação de cargo por instrumento que não seja Lei (Poder Executivo) ou Resolução (Poder Legislativo).
- E 06** Instituição de fundos de qualquer natureza sem prévia autorização legislativa (inciso IX do artigo 167 da Constituição Federal).



Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso

Secretaria-Geral do Tribunal Pleno

TC
Fls. _____
Rub. _____

- E 07** Realização de despesas sem a existência de crédito ou recursos orçamentários (inciso II, artigo 167, da Constituição Federal).
- E 08** Ocorrência de déficit de execução orçamentária mesmo após a adoção das providências efetivas (artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal e artigo 169 da Constituição Federal).
- E 09** Investidura irregular da Comissão de Licitações (§ 4º do artigo 51 da Lei nº 8.666/1993).
- E 10** Não-realização de processo licitatório, nos casos previstos na Lei de Licitações.
- E 11** Fragmentação de despesas de um mesmo objeto para modificar a modalidade do procedimento licitatório.
- E 12** Realização de despesas com justificativas de dispensa ou inexigibilidade sem amparo na legislação.
- E 13** Expedição de certificados de registros cadastrais a empresas que não apresentaram toda a documentação exigida pela legislação (§ 1º do artigo 36 e artigo 37 da Lei nº 8.666/1993).
- E 14** Realização de processo licitatório com irregularidades que configurem crimes (artigos 89 a 99 da Lei nº 8.666/1993).
- E 15** Aquisição de bens e contratação com preços comprovadamente superiores aos de mercado (incisos IX e X do artigo 6º e artigo 7º da Lei nº 8.666/1993).
- E 16** Contratação de obras ou serviços fora das normas ou especificações técnicas (incisos IX e X do artigo 6º e artigo 7º da Lei nº 8.666/1993).
- E 17** Realização de despesas com base em contratos celebrados junto a pessoas jurídicas em débito com a Previdência Social (§ 3º do artigo 195 da Constituição Federal).
- E 18** Ausência de publicidade exigida em lei (artigo 37 da Constituição Federal).
- E 19** Realização de despesa sem emissão de empenho prévio (artigo 60 da Lei nº 4.320/1964).
- E 20** Pagamentos antecipados de parcelas contratuais ou outras despesas sem as respectivas liquidações (§ 2º do artigo 63 da Lei nº 4.320/1964 e § 3º do artigo 55 da Lei nº 8.666/1993).
- E 21** Ausência de documentos comprobatórios de despesas (§§ 1º e 2º do artigo 63 da Lei nº 4.320/1964).
- E 22** Concessão de subvenções econômicas em desacordo com o que determinam os artigos 18 e 19 da Lei nº 4.320/1964.
- E 23** Concessão de subvenções sociais fora das finalidades previstas na nos artigos 16 e 17 da Lei nº 4.320/1964.
- E 24** Realização de despesas estranhas à competência da instituição (artigo 4º e § 1º do artigo 12 da Lei nº 4.320/1964 e Lei Orgânica Municipal).



Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso

Secretaria-Geral do Tribunal Pleno

TC
Fls. _____
Rub. _____

- E 25** Utilização de recursos provenientes da alienação de bens para pagamento de outras despesas não consideradas de capital (artigos 44 e inciso I do 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal).
- E 26** Concessão indevida de adiantamento (artigo 68 da Lei nº 4.320/1964).
- E 27** Ausência da autorização do ordenador de despesa em notas de empenho (artigo 58 da Lei nº 4.320/1964).
- E 28** Pagamento de despesa a credor indevido (inciso III do § 1º do artigo 63 da Lei nº 4.320/1964).
- E 29** Não-apropriação do 1% devido ao Pasep (artigo 7º e inciso III do artigo 2º da Lei nº 9.715/1998).
- E 30** Emissão de cheques sem cobertura financeira.
- E 31** Pagamento de subsídios, vencimentos e vantagens pecuniárias e jetons não autorizados em lei; pagamento de subsídios, vencimentos e vantagens pecuniárias acima do valor legalmente autorizado; concessões irregulares de diárias; gastos com alimentação, hospedagem e transporte dos servidores em desacordo com a norma regulamentadora de tais gastos.
- E 32** Movimentação de recursos financeiros em instituições privadas sem autorização legislativa (§ 3º do artigo 164 da Constituição Federal).
- E 33** Não-contabilização de fatos contábeis ou registros contábeis incorretos, sobre fatos relevantes, implicando na inconsistência do Balanço (artigos 83 a 106 da Lei nº 4.320/1964 ou Lei nº 6.404/1956).
- E 34** Divergência entre os registros contábeis das contas de Bens Permanentes com a existência física dos bens (artigos 83, 85, 89 e 94 a 96 da Lei nº 4.320/1964).
- E 35** Existência de registros contábeis intempestivos ou não elaboração dos balancetes mensais (Lei nº 4.320/1964 e Lei nº 6.404/1976).
- E 36** Cancelamento de dívida passiva sem comprovação do fato motivador.
- E 37** Obstrução à atuação dos conselhos exigidos em lei.
- E 38** Ausência de transparência nas contas públicas, inclusive quanto à realização das audiências públicas (§ 1º do artigo 1º e artigo 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal).
- E 39** Inexistência e/ou deficiência dos controles internos (artigo 74 da Constituição Federal).
- E 40** Sonegação de documentos ao Tribunal de Contas (§1º do artigo 36 da Lei Complementar nº 269/2007).



Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso

Secretaria-Geral do Tribunal Pleno

TC
Fls. _____
Rub. _____

- E 41** Divergência entre as informações enviadas através do Sistema LRF-Cidadão e as constantes dos processos.
- E 42** Deixar de enviar ou remeter em atraso documentos e informações, comprometendo o acompanhamento pelo Tribunal de Contas do Estado.
- E 43** Não-apresentação das contas anuais ao TCE-MT.
- E 44** Descumprimento das regras relativas à transmissão de cargos estabelecidas na Resolução do TCE-MT nº 05/2004.
- E 45** Ocorrência de irregularidades nos procedimentos licitatórios, contrariando legislação vigente.

PODER EXECUTIVO

- F 01** Autorização para abertura de créditos adicionais ilimitados (inciso VII do artigo 167 da Constituição Federal).
- F 02** Abertura de créditos adicionais - suplementares ou especiais - sem autorização legislativa ou autorização legislativa posterior (inciso V do artigo 167 da Constituição Federal).
- F 03** Transposição, remanejamento ou transferências de recursos - créditos adicionais - sem prévia autorização legislativa (inciso VI do artigo 167 da Constituição Federal).
- F 04** Abertura de créditos adicionais - suplementares ou especiais - sem a indicação dos recursos correspondentes (inciso V do artigo 167 da Constituição Federal).
- F 05** Abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes: excesso de arrecadação, superávit financeiro, anulação total ou parcial de dotações e operações de crédito (inciso V do artigo 167 da Constituição Federal).
- F 06** Realização de transporte escolar em desacordo com a legislação vigente.
- F 07** Transferências e/ou movimentação de recursos vinculados em outras contas bancárias que não as criadas especificamente para esse fim.
- F 08** Desvio de finalidades na aplicação de recursos vinculados.
- F 09** Não-adoção de providências para a constituição e arrecadação do crédito tributário (artigo 11 da Lei de Responsabilidade Fiscal).
- F 10** Cancelamento de dívida ativa sem comprovação do fato motivador.
- F 11** Não-adoção de providências para cobrança de dívida ativa (administrativas e/ou judiciais).
- F 12** Existência de montante da dívida consolidada líquida, da amortização e/ou da contratação superior ao limite estabelecido em Resolução do Senado Federal.



Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso

Secretaria-Geral do Tribunal Pleno

TC
Fls. _____
Rub. _____

- F 13** Contratação de operação de crédito em valor superior à despesa de capital fixada no orçamento (inciso I do artigo 6º da Resolução do Senado Federal nº 43/2001 e inciso III do artigo 167 da Constituição Federal).
- F 14** Contratação de operações de crédito com instituições não financeiras (Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei nº 4.595/1964 e Resolução do Senado Federal nº 78/1998).
- F 15** Contribuição para o custeio de outro ente da Federação, sem autorização na LDO, LOA ou em lei específica e/ou sem a formalização de convênio (artigo 62 da Lei de Responsabilidade Fiscal).
- F 16** Concessão de auxílios, contribuições ou subvenções a entidades privadas sem autorização na LDO, LOA e em lei específica (artigo 26 da Lei de Responsabilidade Fiscal).
- F 17** Concessão de auxílio a pessoas sem autorização legal (artigo 4º e §§ 2º e 6º do artigo 12 da Lei nº 4.320/1964).
- F 18** Concessão de auxílio a pessoas sem o estabelecimento de critérios objetivos em regulamento ou sem o controle da comprovação da carência dos beneficiários, e, quando for o caso, sem a prestação de contas (*caput* do artigo 37 da Constituição Federal e artigo 26 da Lei de Responsabilidade Fiscal).
- F 19** Pagamento de subsídios ao prefeito, vice-prefeito e secretários em desacordo com as determinações constitucional e legal (inciso V do artigo 29 da Constituição Federal).
- F 20** Realização de gastos com pessoal do Poder Executivo acima do limite de 54% da Receita Corrente Líquida (alínea “a” do inciso III do artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal).
- F 21** Ausência de apresentação de contas individualizadas e consolidadas (artigo 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal).
- F 22** Não-implantação dos conselhos exigidos em lei.
- F 23** Concessão de benefícios fiscais em desconformidade com a lei instituidora ou ausência de prestação de contas e/ou de comprovação dos resultados financeiros e sociais decorrentes.

PODER LEGISLATIVO

- G 01** Pagamento de subsídios aos vereadores em desacordo com a determinação constitucional - valor superior ao máximo em relação ao subsídio dos deputados estaduais (inciso VI do artigo 29 da Constituição Federal).



Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso

Secretaria-Geral do Tribunal Pleno

TC
Fls. _____
Rub. _____

- G 02** Pagamento de subsídios aos vereadores em desacordo com a determinação constitucional - limite total da despesa: 5% da receita do Município (inciso VII do artigo 29 da Constituição Federal).
- G 03** Gastos com pessoal do Poder Legislativo acima do limite de 6% da Receita Corrente Líquida (alínea “a” do inciso III do artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS)

- H 01** Ausência de avaliação atuarial anual (inciso I do artigo 1º da Lei nº 9.717/1998).
- H 02** Realização de avaliação atuarial por profissional não habilitado em atuária (Decreto-Lei nº 806/1969).
- H 03** Inobservância das premissas estipuladas no Anexo I da Portaria nº 4.992/1999 na realização do cálculo atuarial.
- H 04** Existência, no ente, de mais de um RPPS e de mais de uma unidade gestora com finalidade de administrar, gerenciar e operacionalizar o regime (§ 20 do artigo 40 da Constituição Federal).
- H 05** Não-instituição de Colegiado Previdenciário, com participação paritária de representantes e de servidores dos Poderes (artigo 14 da ON MPS nº 03/2004 e referência no inciso VI do artigo 1º da Lei nº 9.717/1998).
- H 06** Inobservância aos requisitos mínimos para que o RPPS tenha viabilidade de manutenção descritos no Parecer Atuarial, constante da Avaliação Atuarial.
- H 07** Impossibilidade de garantia direta da totalidade dos riscos cobertos sem necessidade de resseguro (seguro de benefícios de risco como aposentadoria por invalidez e pensão por morte) (inciso IV do artigo 1º da Lei nº 9.717/1998 e Acórdão do TCE-MT nº 21/2005).
- H 08** Não-exercício do direito de compensação financeira junto ao RGPS (Lei nº 9.796/1999 e Decreto nº 3.112/1999).
- H 09** Vinculação de servidores não detentores de cargo efetivo ao RPPS.
- H 10** Existência de servidores cedidos a outros entes, sem vinculação e contribuição ao regime de origem (artigo 1º-A da Lei nº 9.717/1998 e artigos 27 e 28 da ON MPS nº 03/2004).
- H 11** Ausência de cadastro de servidores e dependentes atualizado e confiável (item 06 do Anexo I da Portaria nº 4.992/1999).
- H 12** Ausência de previsão legal e de efetiva contribuição de inativos e pensionistas ao RPPS (Emenda Constitucional nº 41/2003).



Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso

Secretaria-Geral do Tribunal Pleno

TC
Fls. _____
Rub. _____

- H 13** Aplicação de alíquotas de contribuição dos servidores e dos inativos e pensionistas inferior a 11% e, a patronal, inferior à do servidor até o limite do dobro desta (artigos 2º e 3º da Lei nº 9.717/1998).
- H 14** Inobservância à alíquota de contribuição estipulada na avaliação atuarial, inclusive com previsão em lei municipal (§ 1º do artigo 19 da ON MPS nº 03/2004).
- H 15** Ausência de custeio dos benefícios incluídos no cálculo atuarial (no mínimo aposentadoria e pensão) pelo RPPS (§ 3º do artigo 19 e artigo 43 da ON MPS nº 03/2004).
- H 16** Realização de despesas administrativas de custeio superior ao limite de 2% do valor total da remuneração, proventos e pensões, relativamente ao exercício anterior (inciso VIII do artigo 6º da Lei nº 9.717/1998, artigo 17 da Portaria nº 4.992/1999 e Acórdãos do TCE-MT nºs 21/2005 e 130/2006).
- H 17** Concessão de benefícios distintos dos previstos no RGPS (artigos 5º da Lei nº 9.717/1998 e 16 da Portaria nº 4.992/1999).
- H 18** Concessão de salário-família ao segurado que percebe remuneração superior ao limite previsto no artigo 44 da ON MPS nº 03/2004.
- H 19** Concessão de auxílio-reclusão a dependente de servidor que no exercício de cargo efetivo recebia valor superior ao limite previsto no artigo 44 da ON MPS nº 03/2004. Excetuam-se dessa restrição os benefícios concedidos em data anterior a 15/12/1998, que independem do valor de remuneração do servidor (artigo 13 da Emenda Constitucional nº 20/1998 e artigos 44 e 45 da ON MPS nº 03/2004).
- H 20** Inadimplência no pagamento da contribuição patronal débito original ou no parcelamento (artigos 68 e 69 da ON MPS nº 03/2004, § 4º do artigo 104 da Lei nº 4.320/1964, artigo 2º da Lei nº 10.028/2000, inciso III do artigos 29 e inciso III do 37 da Lei de Responsabilidade Fiscal e artigo 3º da Resolução do Senado Federal nº 43).
- H 21** Ausência de Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP, emitido pelo Ministério da Previdência e Assistência Social - MPS, ou esclarecimentos sobre o motivo da suspensão (artigo 7º da Lei nº 9.717/1998 e Portaria MPS nº 172/2005).
- H 22** Aplicação de recursos em títulos públicos, que não os do Governo Federal (inciso VI do artigo 6º da Lei nº 9.717/1998 e inciso I do § 2º do artigo 43 da Lei de Responsabilidade Fiscal).
- H 23** Ineficiência na gestão dos ativos previdenciários, envolvendo aquisição e venda dos títulos e demais ativos, a rentabilidade e o risco das aplicações (incisos e §§ 3º e 4º do artigo 6º e artigo 10º da Resolução CMN nº 3.244/2004).
- H 24** Ausência de contabilidade própria, contrariando o disposto na Lei nº 9.717/1998.



Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso

Secretaria-Geral do Tribunal Pleno

TC
Fls. _____
Rub. _____

-
- H 25** Inexistência de registros contábeis auxiliares para apuração de depreciações, de reavaliações, dos investimentos e da evolução das reservas, assim como notas explicativas que esclareçam a situação patrimonial do RPPS (incisos VII e VIII do artigo 5º da Portaria MPS nº 4.992/1999).
- H 26** Inobservância das regras da Portaria MPS nº 916/2003, com alteração da Portaria MPS nº 1.534 - DOU 03/10/05 (facultativo em 2005 e obrigatório em 2006).
- H 27** Ausência de registro contábil individualizado das contribuições de cada servidor e da parte patronal e de emissão de extrato anual ao segurado, com valores mensais e acumulados (inciso VII do artigo 1º da Lei nº 9.717/1998 e artigo 12 da Portaria MPS nº 4.992/1999).
- H 28** Ausência de encaminhamento dos processos de aposentadoria e pensão ao TCE-MT.